

Mais sacrifícios do setor público, pede o economista.

JORNAL DA TARDE

13 AGO 1985

Economista Brasil

— Há um consenso de que o setor público teria de partir para um processo de liquidação de empresas, mesmo com algum desemprego, o que parece inevitável, apesar do custo político elevado — afirmou ontem em São Paulo o economista Celso Luiz Martone (foto), da FEA-USP, principal orador da sessão da tarde do seminário promovido pela Ordem dos Economistas de São Paulo, com apoio do Bradesco e da Bolsa de Valores de São Paulo e organizado pela RR&CA Consultores Associados.



Martone debateu temas relacionados à política econômica, ao déficit público e ao mercado de capitais com os empresários Jorge Wilson Simeira Jacob, do grupo Fenícia, e Eugênio Staub, da Gradiente, além do vice-presidente do Bradesco e ex-diretor da Área Externa do Banco Central, Fernão Carlos Botelho Bracher.

O economista considerou extremamente perigoso para o País adiar as negociações com o Fundo Monetário Internacional, uma vez que, quando o novo acordo for discutido, a inflação estará acelerando, haverá menores taxas de crescimento econômico e o desequilíbrio monetário e fiscal será maior. “O governo não quer assumir um compromisso que não possa cumprir — lembrou — e prefere adiar o problema, ainda que à custa de perda do poder de barganha.”

Martone assinalou não ter ilusões quanto ao corte nos gastos públicos, cujos efeitos

demorarão, explicando que 1986 também não será um ano fácil, porque a antecipação de impostos praticada este ano não terá mais efeito no ano que vem. “A situação do endividamento público é explosiva.”

Ajustamento

Segundo o economista, a economia gerou a partir de 83 um superávit da ordem de 5% do PIB para pagar juros ao Exterior, a partir do setor privado, que se tornou líquido e aumentou sua produtividade. Há problemas, ainda, como a taxa externa de juros, o aumento previsível do coeficiente de importação e o desconforto, ainda que não imediato, de uma dívida de US\$ 100 bilhões. Além disso, a falta de investimento produz obsolescência industrial e implica perda futura de competitividade.

Quanto ao setor público, seu déficit operacional deve ser estimado em 4,1% do PIB (com cortes) ou 8%, sem cortes, sendo financiado por aumento da base monetária ou aumento da dívida pública, constituindo o problema mais crítico da política econômica e condicionando sua evolução.

Martone deu quatro razões para que o setor público esteja em trajetória explosiva de desequilíbrio: expansão monetária acima da inflação; endividamento galopante, de 30 a 35% este ano em bases reais; concentração de ativos no sistema financeiro doméstico, de tal forma que o setor público já responde por mais de 60% do total; e ameaça de hiperinflação.

Evitar esse quadro de instabilidade implica, simultaneamente, reduzir o custo financeiro interno do setor público para níveis próximos das taxas internacionais de juros e realizar um ajuste fiscal, eliminando subsí-

dios remanescentes e liquidando empresas deficitárias e inúteis.

— Este é o ajuste que falta para que a economia entre numa fase nova e estável.

O desafio, segundo Martone, está em realizar a transição brasileira para uma moderna economia capitalista, mais estável e organizada, com o desaparecimento do “Estado cartorial” e no qual o mercado livre passe a orientar a atividade econômica.

O problema, entretanto, será a oferta de poupança interna para financiar o novo processo de acumulação econômica, já que a poupança externa tenderá a ser pequena.

Argentina

Respondendo a seus debatedores e ao auditório, o economista afirmou que a experiência argentina das últimas semanas não serve para o Brasil. “A Argentina fez uma reforma monetária clássica no estilo alemão, de 1923. No Brasil não resolve absolutamente nada. Nosso desequilíbrio é de natureza real.” Acrescentando que isto geraria uma inflação na nova moeda, Martone admitiu porém que, após o ajustamento do Estado, será possível efetuar uma reforma monetária no Brasil, para eliminar o componente inercial da inflação.

Para fazer o ajuste, Martone considera três hipóteses: “dolarizar” a dívida pública, cujos juros seriam semelhantes aos da Libor, por exemplo; liquidar as estatais para reduzir a dívida pública; ou promover uma grande renegociação interna, hipótese que declarou preferir. Nessa renegociação, toda a dívida pública seria declarada vencida imediatamente e, ato contínuo, reciclada com prazos maiores e taxas de juros semelhantes às pagas no Exterior.